

envolvida: a importância da criação de uma nova centralidade e de espaços de representação e recreio na zona oriental, criando o já referido pólo de atracção e qualidade e restabelecendo, com Belém, a simetria ocidente/oriente perdida por Lisboa.

Mas, se a crítica repetida por VMF e pela equipa do CET de que a zona da Expo está de costas voltadas para a cidade não encontra fundamento cabal numa visão prospectiva do processo no que se refere à envolvente mediata no seu conjunto, há que distinguir uma situação particular: a dos bairros que lhe são contíguos, mas separados da zona de intervenção pela fortíssima barreira constituída pela linha ferroviária: Casal dos Machados, Moscavide e Sacavém. Efectivamente, se as ligações à zona oriental da cidade e da área metropolitana ficaram desde já asseguradas pelas linhas do metro e de comboio e por frequentes corredores rodoviários, a ausência de permeabilidade com aqueles bairros é chocante, exigindo a construção de ligações pedonais, algumas aliás previstas no Plano de Urbanização, mas ainda não concretizadas. Neste caso existe por enquanto uma gritante situação de «costas voltadas». E o erro da atitude hipercrítica relativamente ao projecto urbano da Expo está em confundir-se a parte com o todo — isto é, a relação descuidada com a proximidade imediata com aquela que decisivamente importa e que respeita ao conjunto da envolvente.

5. Resta dizer que as obras em referência inserem uma quantidade considerável de informação relacionada com as problemáticas abordadas. Neste aspecto, destaque para a tábua cronológica elaborada por Alexandra Castro e Joana Lucas, que permite ao leitor acompanhar com todo o pormenor o andamento do processo relativo à Expo 98 desde 1989 até à inauguração do certame.

Porque, quanto à resposta a dar à pergunta fulcral que «A cidade da Expo 98» coloca, o que se pode aconselhar aos mais cépticos é aquilo que Luís Wemans, o autor de um capítulo consagrado à avaliação económica e aos custos sociais da Expo, assinala: «Só a longo prazo, com o fecho da operação financeira no ano de 2009, se poderá ponderar se a intensidade do impacto que a Expo teve na requalificação da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana foi correspondente ao custo económico subjacente a esta operação e ao défice registado».

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

Miguel Urbano Rodrigues, Nómadas e Sedentários na Ásia Central. Continuidade e Descontinuidade no Processo Civilizatório, Campo de Letras, Porto, 1999, 435 páginas, ilustrações.

Que razões poderão ter levado um português com uma longuíssima 1121

carreira no jornalismo e na política a escrever um livro sobre a história da Ásia central?

A curiosidade intelectual, atizada pela visão *in loco*, terá constituído, sem dúvida, uma motivação importante. Urbano Rodrigues visitou por diversas vezes uma parte do mundo sobre o qual escreve, percorreu a zona do lago Issik-Kul, os contrafortes do Tien-Chan, Samarcanda, vislumbrou a descida para a Índia. E, como ele mesmo confessa (p. 369), ter-se-á apaixonado por esse espaço inesperado, sobretudo por aquilo que ele tinha de zona de entrecruzamento constante entre o nómada e o sedentário. Dessa paixão resultou uma obra que tem o grande mérito de trazer para o público leitor português uma área cultural que lhe é completamente periférica: o Afeganistão, o Tibete, o duplo Turquestão e também as Mongólias e o Irão. É esse terreno geo-histórico que o autor relembra numa escrita atraente, seccionada em dezoito capítulos, que nos levam desde o império Aqueménida, no século VII a. C., até ao Afeganistão dos nossos dias. Cada um dos capítulos forma uma unidade autónoma, sendo apresentado com bibliografia específica, glossário e algumas referências toponímicas e onomásticas que ajudam o leitor a guiar-se melhor na floresta de nomes nada familiares em que se vê mergulhado. Aqui e além, sempre que estão em causa acontecimentos que influenciaram a história dos povos centro-asiáticos, mesmo quando se desenvolveram fora da re-

gião em estudo, a rota narrativa admite um pequeno desvio, um afluente, materializado pela introdução de um capítulo sobre essa zona adjacente. Assim se compreende, por exemplo, a inclusão de dois capítulos sobre a Índia — donde veio o budismo que repetidamente absorveu invasores provenientes da Ásia central. Ao longo do seu percurso narrativo, Urbano Rodrigues parte muitas vezes das grandes personagens (Alexandre, Achoka, Gengiscão) e são elas que lhe servem de fio condutor para a construção do texto. Não deixa de ser curioso constatar que, apesar de orgulhoso da sua antiga formação marxista, o autor parece dar agora uma enorme importância explicativa, já não tanto às abstracções estruturais, mas aos pormenores, à história factual e até anedótica (p. 11).

Mas a curiosidade intelectual não terá sido a única nem sequer a principal motivação da obra. Mais do que querer deixar um relato sobre a história de uma região que visitou, o autor utiliza a Ásia central como suporte para uma reflexão sobre o ciclo de formação, expansão e colapso dos impérios. É certo que Urbano está manifestamente preocupado com o eurocentrismo — cuja omnipresença, aliás, exagera (v., por exemplo, p. 34) — e que, em primeira análise, o seu livro se preocupa, acima de tudo, em fazer ressaltar a importância das antigas civilizações centro-asiáticas. Por isso enuncia demoradamente os feitos e realizações dos seus povos, o seu contributo para o

progresso da humanidade, a complexidade da sua religião, arte e organização política. Mas, num plano mais profundo, e como ele mesmo acaba por reconhecer no epílogo, o relato sobre a sucessão de nómadas e sedentários na Ásia central constitui um pretexto para enaltecer as capacidades de resistência desse velho mundo ao canto de sereia da civilização moderna: «Não conheço outra região [...] cujo lastro cultural, extraordinariamente diferenciado e contraditório, tenha resistido tão tenazmente ao impacte, pacífico ou violento, da modernidade [...] o núcleo centro-asiático continua a recusar mudanças que na quase totalidade do chamado Terceiro Mundo se concretizaram há muitos anos» (p. 37). A Ásia central tem, desse modo, o valor de última trincheira de oposição àquilo que designa por «mundo cruel e ferozmente egoísta da sociedade informacional e robótica» (p. 247). É lá, e já não na União Soviética, que radica o foco de resistência a um capitalismo avassalador, foco que Urbano Rodrigues prognostica disseminado e triunfante: «O sonho planetário da engrenagem de poder forjada pela ‘cultura’ que, a partir dos EUA, alastra pelo mundo no final do século XX terá, possivelmente, o mesmo desfecho de outras ambições imperiais de contornos ecuménicos que a precederam. Quase um milénio durou a fantástica aventura colonial grega na Ásia [...] Foi essa a primeira tentativa duradoura de imperialismo cultural [...] O rolar da ambição e dos

sonhos imperiais não parou. Todos, porém, acabaram mal» (pp. 40-41).

É então enquanto exemplo de resistência à globalização que a Ásia central constitui «um laboratório» (p. 42) onde o cientista político pode aprender e pode projectar a esperança numa outra via de desenvolvimento, num outro modelo organizacional, que, apesar dos tempos de refluxo e de derrota, Urbano Rodrigues ainda pinta com as cores da internacionalização socialista, única forma de «globalização duradoura [...] da solidariedade humanista» (p. 41). Na medida em que é muito marcado por uma ideologia anti-imperialista, *Nómadas e Sedentários na Ásia Central* tem necessariamente de ser lido a essa luz a fim de que sejam devidamente filtrados alguns dos exageros e distorções de perspectiva. Não será, por exemplo, muito exagerado afirmar que «Roma manteve sempre um relacionamento difícil com os povos do Oriente» por lhe faltar «flexibilidade e espírito de tolerância» e por estar presa de um «complexo de superioridade» que impedia «o entendimento de culturas muito diferentes» (p. 104)?

Com evidente modéstia, o autor imagina o seu livro infestado «de erros de múltipla natureza, sobretudo históricos», e explica-nos que eles «são inevitáveis por nascerem [...] das fontes consultadas» (p. 47). Alguns erros históricos existem, de facto, mas parecem de pouca monta, o que atesta o cuidado posto na elaboração do livro. Mas o problema das

fontes consultadas — e importa dizer que o que está aqui em questão são quase sempre estudos e não os documentos primários — é um assunto mais importante que abre a porta para um dos aspectos mais frágeis do livro. A história pode ser feita por todos os que tenham curiosidade, inteligência e informação suficientes. Mas a história profunda e rigorosa requer algo mais, não se improvisa, porque não pode prescindir da crítica documental. O historiador *de métier* escolhe (ou deve escolher) as suas fontes e critica-as. Sabe se pode ou não acreditar naquilo que este documento, este ou aquele autor, lhe dizem. Algo que o não historiador muito dificilmente poderá fazer. Essa é uma fraqueza incontornável do livro de Urbano Rodrigues, uma fraqueza que transcende a simples falha factual, repercutindo-se no próprio aparelho conceptual utilizado.

Nómadas e Sedentários na Ásia Central enferma efectivamente de vários erros de perspectiva, decorrentes da utilização de conceitos pouco actualizados e pouco adaptados ao objecto em estudo, mormente quando esse objecto é o nomadismo. Algumas debilidades conceptuais existem igualmente a respeito das civilizações agro-urbanas; contudo, os princípios organizacionais desse mundo, não obstante a excentricidade da zona aqui considerada, são-nos mais familiares e poderemos filtrar melhor a informação e a interpretação fornecida na obra; tal já não sucede no que respeita ao mundo da

estepe, geralmente fora do horizonte da esmagadora maioria dos académicos e estudiosos portugueses. Ora, como o autor dirige o seu livro ao universo universitário português (p. 11), justifica-se que os reparos que se seguem incidam nas debilidades conceptuais que envolvem o nomadismo.

São essas debilidades que explicam por que razão determinadas passagens da história da Eurásia interior são mal interpretadas. Um exemplo: no contexto do entrecruzar das religiões e das guerras religiosas, Urbano Rodrigues refere que «na Transoxânia, onde múltiplas heresias floresceram [...] a intolerância e o ódio levaram a matanças, como a de Karchi, em 1512 [...] Após a batalha em que esmagou a cavalaria usbeque, Ismail ordenou que o crânio de Muhamad Chaybani, o vencido, fosse forrado de ouro e transformado numa taça pela qual passou a beber vinho» (p. 33; v. igualmente p. 360). Ora é preciso dizer que a prática de encastrar os crânios dos inimigos mortos era uma velha tradição da cultura política nómada que se encontrava disseminada nas estepes desde as fronteiras da China até aos Citas, descritos por Heródoto, e que nada tem a ver com ódios religiosos¹.

De toda a forma, e no que diz respeito ao mundo nómada, o peso das debilidades conceptuais não se manifesta apenas ao nível do pequeno episódio lateral. Indo mais fundo,

¹ *Hist.*, IV, 65.

prejudica, por vezes, a própria compreensão da movimentação histórica dos cavaleiros da estepe. E a origem de tudo isso é de natureza bibliográfica. Urbano Rodrigues constrói a sua exposição a partir de uma bibliografia muito ultrapassada, assente essencialmente em obras escritas na primeira metade do século xx (algumas são até anteriores)². Partes do seu livro seguem de forma muito próxima o grande clássico de René Grousset, *L'Empire des steppes*, do qual, num certo sentido, acaba por ser um divulgador. Todavia, *L'Empire des steppes*, uma obra sem dúvida admirável, só pode ser utilizável com grandes cautelas, dado que foi publicada em 1939, ou seja, há sessenta anos. O que significa que lhe escapam não apenas os desenvolvimentos historiográficos mais recentes, mas igualmente os dados da nomadologia, um ramo da antropologia que teve um importante surto a partir da década de 60 e que contribuiu para revolucionar a nossa visão sobre a organização social e política nómada. Como disse Lindner, o desenvolvimento da nomadologia forçou os historiadores a rever posições,

² Mesmo para esse período distante Urbano Rodrigues não inclui textos nucleares que poderiam ter contribuído para alargar o seu horizonte conceptual sobre o nomadismo. Penso nomeadamente em Owen Lattimore, *Inner Asian Frontiers of China*, Nova Iorque, American Geographic Society, 1940, e em B. Vladimirtsov, *Le régime social des mongols. Le féodalisme nomade*, Paris, Adrien-Maisonneuve, 1948.

a procurar conciliar «what the sources tell us about the Huns and what anthropology tells us about the nomads»³. Estreitamente dependente de Grousset, Urbano Rodrigues ficou aquém desses desenvolvimentos recentes e, assim, o louvável esforço para trazer ao leitor português um mundo que lhe é estranho acaba aqui e além por redundar na perpetuação e até no adensar de uma série de ideias erróneas a respeito do nexa das civilizações da estepe.

Uma delas tem que ver com o facto de o autor considerar o nomadismo uma «fase», uma etapa necessária e primitiva da evolução das sociedades humanas, que precederia a agricultura e a sedentarização. De toda a evidência, Urbano Rodrigues ficou prisioneiro da concepção iluminista — que o materialismo histórico interiorizou —, que concebe a história humana como uma progressão ao longo de sucessivos níveis evolutivos. A rectificação dessa concepção arcaica é tanto mais importante quanto sabemos que muitos dos alunos que fizeram a cadeira de Pré-História nas universidades portuguesas no pós-25 de Abril se limitaram a ler a *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, de Engels,

³ Rudi Paul Lindner, «Nomadism, horses and Huns», in *Past & Present*, 92, 1981, p. 3. Para uma perspectiva sobre os avanços e problemáticas da nomadologia, v. Equipe Écologie et Anthropologie des Sociétés Pastorales (ed.), *Pastoral Production and Society/Production pastorale et société*, Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1979.

onde essa e outras conjecturas estão de certa forma sacralizadas.

É que, ao contrário do que o autor nos diz, o pastoralismo nómada desenvolvido pelos cavaleiros da estepe euro-asiática não é uma etapa necessária na evolução da humanidade e nem sequer é anterior à agricultura. A Eurásia interior viu o desenvolvimento de estabelecimentos agrícolas neolíticos, estabelecimentos esses que precederam em muitos séculos o pastoralismo extensivo e que só foram abandonados quando este se desenvolveu, em finais do 2.º milénio a. C.⁴. Foi nessa época que, perante um solo quase sempre pobre e uma utensilagem pouco elaborada, perante um clima inclemente e incerto, alguns grupos da estepe acabaram por focar a sua actividade produtiva no pastoralismo, melhor adaptado à riqueza herbácea do ecossistema e que, além do mais, conferia óbvias vantagens estratégicas. Depois, a presença desses grupos nómadas e da sua cavalaria militar alterou radical e bruscamente o equilíbrio local, dado que, num espaço pouco dotado de defesas naturais, o movimento passou a constituir a melhor defesa contra forças hostis. Por isso Khazanov fala de «chain reaction whereby nomadism

spreads because of the military superiority of those involved»⁵. Essa «chain reaction» explica não apenas a disseminação do cavaleiro nómada, mas o completo abandono dos estabelecimentos agrícolas. Isto é, o nomadismo foi (ou melhor, deve ter sido) uma opção ditada mais por razões políticas do que por irremediabilidades económicas⁶. É, portanto, absolutamente incorrecto afirmar, como faz Urbano Rodrigues, que «o facto de as condições geográficas terem sido impeditivas de uma vida agrícola normal manteve as populações do Norte da Ásia central numa condição de nomadismo pastoril similar àquela que durante milénios fora a de toda a humanidade. Não houve uma opção; apenas funcionaram as leis da sobrevivência» (p. 14).

Na medida em que o autor concebe o pastoralismo nómada como um estágio primitivo da evolução da humanidade, os seus turcos e mongóis são, por definição, gente que ficou bloqueada num nível evolutivo primitivo, enquanto o mundo em redor evoluía para a agricultura extensa, a escrita e a cidade. E, porque ficaram bloqueados num mundo frustrante, a sua história seria quase um subproduto da

⁴ Cf. Andreas Róna-Tas, «The place of agriculture in the ethnography of the Mongols», in *Emografia Polska*, 24, 1, 1980, p. 45, e A. P. Okladnikov, «Inner Asia at the dawn of history», in Denis Sinor (ed.), *The Cambridge History of Early Inner Asia*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 70 e segs.

⁵ Anatoly M. Khazanov, *Nomads and the Outside World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 118.

⁶ Para o desenvolvimento desta tese, v. João Pedro Marques, «Sur la nature du nomadisme des steppes eurasiatiques», in *L'Homme*, 108, 28, 1988, pp. 84-98.

própria natureza: «A estepe manteve Mongóis e Turcos em níveis culturais atrasados. As suas leis explicam as migrações das tribos nómadas e as grandes invasões» (p. 29). Seriam essas leis que impeliam as tribos num «vaivém nomadizante», percorrendo enormes distâncias, «empurradas pelas exigências do clima» (p. 209). Seriam igualmente elas, em particular as cíclicas secas, que, em última instância, explicariam o carácter agressivo do nómada: «quando a água não caía do céu e secava nos poços, o movimento da comunidade alterava-se. O nomadismo adquiria as suas características agressivas. A cavalaria da estepe caía então como nuvens de gafanhotos sobre as terras cultivadas e as cidades» (p. 15). Empurrado pela fome, limitado na sua selvajaria, o nómada só podia relacionar-se com o universo agro-urbano através da destruição: «o abismo técnico e cultural não permitia, obviamente, um diálogo pacífico» (p. 14).

Ora importa sublinhar que há aqui uma série de mal-entendidos que condicionam toda a análise. Começamos por afirmar que só na aparência o pastoralismo nómada pode ser tido por primitivo. A riqueza extraordinária da sua cultura oral, uma certa forma de arte decorativa, um entrançado de relações sociais altamente codificadas e complicadas, técnicas de criação de animais muito sofisticadas, conhecimentos elaborados de medicina, de botânica, de meteorologia, são o bastante para

caracterizar uma civilização, ainda que *sui generis*.

Depois, há que contestar a teoria que imputa ao meio físico a propensão guerreira dos nómadas. Trata-se, no fundamental, de uma explicação muito antiga que chegou a ser cientificamente sacralizada no final do século XIX e início do século XX, antes de a geografia ter substituído as perspectivas deterministas pelo possibilismo. Apesar de tudo, as ideias de que a actividade humana era em toda a parte, e ao longo de toda a história, determinada pelas condições de ambiente e de que as condições agrestes da estepe geravam um homem talhado para o combate continuaram a impregnar a historiografia do nomadismo. E foram essas ideias que se insinuaram no trabalho de Urbano Rodrigues. Aliás, elas surgem aí reforçadas pela tese climatológica, que liga o aspecto cíclico das invasões nómadas aos períodos de seca, outra tese que teve grande voga na primeira metade do século na sequência dos trabalhos de Huntington e seus seguidores. Nas últimas décadas uma certa flutuação quanto aos dados da paleoclimatologia permitiu que se erigissem interpretações diferentes, por vezes opostas, a partir da teoria da pulsação climática⁷. Mas, deixando de lado a divergência de construções teóricas, importa subli-

⁷ Gareth Jenkins («A note on climatic cycles and the rise of Chinggis Khan», in *Central Asiatic Journal*, 18, 1974, pp. 220 e segs.), atribuiu a pulsação conquistadora dos Mongóis a um decréscimo das temperaturas

nhar que as explicações que, sob várias formas, admitem a influência do clima no desencadear da agressividade dos cavaleiros nómadas suscitam sérias objecções. Em primeiro lugar, está por provar uma coincidência absoluta entre variação climática e agressividade nómada. Em segundo lugar — e mais importante —, pode objectar-se que as flutuações climáticas não têm sentido único. No caso concreto da estepe mongol, a alteração climática valorizada por Huntington não implicava necessariamente uma diminuição da área de pastagens e um aumento consequente das dificuldades alimentares que levassem à expansão territorial. Se, nas latitudes meridionais, a seca reduziria a pradaria, convertendo-a em deserto, a norte podia ter um efeito precisamente contrário, fazendo recuar a floresta a favor da estepe florestada. De facto, uma das características climatológicas da Eurásia interior é precisamente a flutuação climática de curto prazo, o que faz com que haja uma certa migração das fronteiras entre tundra, taiga, estepe e deserto, com deslocações respectivas num eixo norte-sul, em função da humidade e da temperatura. Mas essas variações são sempre de curta duração e compensam-se umas às outras, pelo que de modo nenhum permitem sustentar as teo-

médias. Para outras interpretações paleoclimatológicas, cf. Anatoly M. Khazanov, «The origin of Genghiz Khan's state», in *Etnografia Polska*, 24, 1, 1980, p. 34.

rias imaginativas dos paleoclimatologistas⁸.

Na base da agressividade nómada estão, isso sim, razões de ordem económica e política. Apesar de muito elaborado e especializado, o pastoralismo nómada implicava uma insuficiência crónica: sendo uma economia extensiva, o aumento de produtividade tornar-se-ia impossível a partir de determinados níveis de ocupação das pastagens, e tudo indica que esses níveis devem ter sido alcançados muito cedo, provavelmente pouco tempo depois da invenção do nomadismo equestre, em finais do 2.º milénio a. C.⁹ Por outro lado, a monoespecialização económica criava uma dependência estrutural da estepe face ao mundo exterior em tudo o que dissesse respeito à obtenção de cereais, têxteis e manufacturas. Através da pilhagem e do uso da força, os nómadas conseguiriam adquirir os produtos de que necessitavam, nada dando em troca. Todavia, os *raids* de pilhagem, sendo demasiado imprevisíveis e dependentes do equilíbrio de forças em cada momento histórico

⁸ Robert N. Taaffe, «The geographic setting», in Sinor (ed.), *ob. cit.*, p. 30.

⁹ Uma época tão precoce não está documentada, mas não deixa de ser significativo, por exemplo, que a relação entre o número de cabeças de gado e a população Hsiung-nu que ocupava a Mongólia no século II a. C. seja praticamente a mesma que se verificava entre os Mongóis que nomadizavam na mesma região em 1918 (V. S. Taskin, *Materials on the History of the Hsiung-nu, According to Chinese Sources*, Moscovo, Nauka, 1968, pp. 411-413).

concreto, não podiam ter forma pre-
fixa e autolimitada, podendo suceder
que a escalada de violência viesse a
destruir os próprios fundamentos da
vida económica das populações agrí-
colas. A longo prazo seria então mais
seguro conseguir dessas populações
o pagamento de tributos regulares e a
abertura dos mercados onde a troca
pudesse ser levada a cabo. A guerra
de grande amplitude só eclodiria
quando o nómada se confrontava
com um Estado sedentário forte e
decidido a não ceder à chantagem
belicista ou quando esse Estado in-
terrompia os circuitos comerciais¹⁰.
A situação nas fronteiras da China,
por exemplo, tenderia a mostrar que
os nómadas raziavam as fronteiras
sempre que não conseguiam obter
cereais e vestuário por via pacífica.
O próprio conflito entre Gengiscão e
os Chin teria começado a partir de
uma recusa comercial. Pelo contrá-
rio, sempre que os imperadores chi-
neses mais sensatos e avisados estabe-
leciam mercados e outros mecanismos

¹⁰ Esta teoria foi desenvolvida a respeito
de vários contextos históricos e geográficos.
No caso da Eurásia interior, a ideia foi
sugerida por Teggart e desenvolvida por
Lattimore. Para versões recentes da teoria,
v. Owen Lattimore, «Herdsmen, farmers,
urban culture», in *Équipe Écologie et Anthro-
pologie des Sociétés Pastorales* (ed.), *ob. cit.*,
pp. 479-490, Ildikó Ecsedy, «Chinese-Turk
political connection and conflict in 615 a. D.»,
in *Acta Antiqua*, 31, 1-2, 1985-1988, pp. 91-
-100, ou ainda S. Jagchid e J. van Symons,
*Peace, War and Trade along the Great Wall. Nomadic Chinese Interaction through Two
Millenia*, Bloomington, Indiana University
Press, 1989, pp. 24-78.

de troca com as populações da este-
pe, a paz tinha tendência para subs-
tituir o tropel dos cavalos e a chuva
de flechas.

Não pode, porém, ignorar-se que,
em muitos casos, as acções militares
dos cavaleiros da estepe se desenca-
dearam e prosseguiram em épocas de
desimpedimento comercial. É que,
para além da economia, havia igual-
mente razões políticas que impeli-
am o nómada para a guerra. Para as enten-
dermos é preciso não nos deixarmos
fascinar pela fraseologia estereotipada
e enganadora da tribo consanguínea e
percebermos que, na estepe, lidamos
com grupos altamente móveis, relati-
vamente igualitários e que se agre-
gam e dispersam ao sabor das cir-
cunstâncias. A base ecológica do
pastoralismo, a baixa densidade de-
mográfica e a mobilidade inerente ao
modo de vida do pastoralismo noma-
da contribuem para dificultar subs-
tancialmente todo o processo de
emergência e de preservação de or-
ganizações tribais e metatribais, pois
permitem a qualquer segmento evitar
o amplexo estatal pela simples deslo-
cação espacial: levanta-se o acampa-
mento e ignoram-se as pretensões do
chefe. Logo, a força não pode ser
utilizada sistematicamente como ins-
trumento de agregação e de domínio
do todo. O povo nómada não pode
ser contido em fronteiras e a tendên-
cia é para a desunião.

Mas, se do ponto de vista ecoló-
gico, nada suscitava uma organiza-
ção social acima do nível da tribo, o
carácter monoespecializado e depen-

dente da economia da estepe e a existência de um Estado parasitável nas proximidades exigiam formas de organização e de mobilização de homens que o segmento primário ou a tribo não podiam garantir e que só se materializariam com a presença de um líder unificador. Em certas condições, os segmentos tribais tendiam por isso a abdicar da sua autonomia para se congregarem em torno de um chefe vitorioso, alguém que se impusesse aos demais. As congregações *ad hoc* em torno desse homem prestigiado e baseadas no interesse material eram geralmente preferidas às ligações baseadas na descendência (ainda que a descendência viesse, depois, a cobrir e sancionar ideologicamente cada uma dessas ligações *ad hoc*)¹¹. Por essa razão, a personalidade do líder é um elemento fulcral que nenhum estudioso do nomadismo euro-asiático pode subestimar. Aliás, é importante não esquecer que, no passado, uma das grandes linhas de acção das diplomacias chinesa, iraniana ou bizantina foi, precisamente, a de procurar obstar à acumulação de poder nas mãos de um chefe nómada; para tanto, costumavam conceder apoio alternado a vários líderes rivais, de modo que a temida unificação da estepe nunca se realizasse.

¹¹ Rudi Paul Lindner, «What was a nomadic tribe?», in *Comparative Studies in Society and History*, 24 (4), 1982, pp. 689-711; William Irons, «Political stratification among pastoral nomads», in *Équipe Écologie et Anthropologie des Sociétés Pastorales* (ed.), *ob. cit.*, p. 369.

Por outras palavras, as tribos só se uniriam por interesse e enquanto esse interesse pudesse ser alimentado pela acção política do líder¹². Mas a perda da autonomia teria de ser compensada. Por norma, os chefes nómadas eram autocratas que exigiam obediência absoluta. Como Gengiscão dizia, num excerto do *yassak* que Urbano Rodrigues cita, «o dever dos Mongóis é acorrer quando os chamo, obedecer às minhas ordens, matar quem eu desejar. Aquele que não me obedecer terá a cabeça separada do corpo» (p. 242). E essa era a forma de actuação e a meta comum da generalidade das chefias da estepe. É, portanto, falso afirmar que Gengiscão, inicialmente, não tinha um projecto (p. 248). O projecto, como o de todos os que o precederam, era o poder supremo, a unificação de todos os povos que viviam sob a tenda.

Claro que um poder exercido dessa forma absoluta introduzia tensões que podiam levar à desagregação, tanto mais que, recorde-se, falamos de segmentos móveis e potencialmente autónomos. Para manter a coesão o líder tinha de ser um distribuidor de

¹² Joseph Fletcher, «Turco-Mongolian monarchic tradition in the Ottoman Empire», in *Harvard Ukrainian Studies*, III/IV, 1, 1979-1980, p. 238; Lindner, «What was...», *ob. cit.*, pp. 689-711; Marques, *ob. cit.*, pp. 91-93; para uma abordagem específica, v. B. F. Manz, «The Ulus Chagatay before and after Temour's rise to power: the transformation from tribal confederation to army of conquest», in *Central Asiatic Journal*, 27, 1-2, 1983, pp. 79-100.

riqueza. Como o próprio Urbano Rodrigues assinala a respeito de Tamerlão: «Antes do grande choque, pagou sete anos de soldo adiantado aos soldados e oficiais» (p. 266). Ou seja, a coesão social e política das confederações tribais e dos impérios da estepe só se mantinha através da guerra e, sobretudo, dos seus resultados positivos: o saque e a distribuição desse saque por todos os segmentos constituintes da formação política. Uma vez que a obediência das tribos não podia ser conservada indefinidamente pela força e que tinha de ser comprada com bens — ou promessas de bens — a obter no exterior, a expensas alheias, toda a unificação política na estepe trazia no bojo a guerra contra os vizinhos nómadas, a expulsão dos que recusavam a sujeição e, depois, a projecção da agressividade concentrada sobre os alvos sedentários limítrofes. A unificação social e política no interior da estepe não era apenas uma pré-condição da guerra de grande amplitude, mas o motor da própria guerra, algo que movia e empurrava a sociedade nómada contra alvos limítrofes¹³.

E é porque não concebe a organização social e política nómada em termos de segmentaridade, e porque tem uma concepção naturalista e mecânica da política e da economia do mundo nómada — um mundo que vogaria ao sabor dos elementos —, que Urbano Rodrigues faz dos mongóis de Gengiscão uma excepção àquilo que designa por leis da estepe. E é à luz dessas supostas leis que vê

a sua expansão política e militar como qualquer coisa de inexplicável: «inesperadamente, um povo de pastores, que não havia avançado muito desde a pré-história, pouco numeroso, arrancou das estepes onde nómadizava» (p. 235). Para explicar uma tão estranha excepção à lei da estepe, o autor socorre-se em primeiro lugar do clima, que, «contrariamente ao habitual», teria sido «excepcionalmente chuvoso», enriquecendo as pastagens e possibilitando a «multiplicação dos rebanhos» (p. 236). Socorre-se, em segundo lugar, da figura de Gengiscão, sublinhando, acertadamente, que «não se deve subestimar o significado do elemento subjectivo no processo de formação do império mongol» (*ibid.*). E nota, em terceiro lugar, que as tribos mongóis seriam «atípicas», porque nasceriam num processo em que «as circunstâncias pesavam por vezes mais do que o dialecto e a origem étnica» (p. 241).

Ou seja, aquilo que Urbano Rodrigues nos aponta como excepção é, no fim de contas, a regra geral. Claro que há aspectos únicos na história mongol, mas, no essencial, o processo expansivo das entidades políticas da estepe obedeceu a um modelo quase universal. A diferença é que os mongóis de Gengiscão levaram a lógica de funcionamento, e a consequente capacidade destruidora, das formações políticas nómadas a um ponto extremo¹⁴.

¹⁴ Para uma comparação do império mongol com os seus antecessores e sucessores, v. Thomas J. Barfield, *The Perilous Frontier. Nomadic Empires and China*, Cambridge (Mas.), Basil Blackwell, 1989.

¹³ Marques, *ob. cit.*, p. 93.

Para terminar esta recensão crítica, e para voltarmos de alguma forma ao princípio, importa dizer que é por ter uma concepção arcaica do nómada que Urbano Rodrigues o utiliza como elemento instrumental da sua filosofia da história. Na sua perspectiva, o choque entre nómadas e sedentários destruiu civilizações, mas das ruínas brotaram as sementes de novas civilizações. O nómada desempenha, portanto, um papel de força apocalíptica na sua parábola de reformulação dos impérios, uma força apocalíptica que continuará a existir no mundo centro-asiático actual, constituindo uma ameaça para as pretensões hegemónicas da cultura norte-americana. «A história esquecida da Ásia central irradia uma mensagem muito actual: repetidas vezes ali o impossível tornou-se possível. É disso que estamos a precisar na era da sociedade da informação. O impossível deve fazer-se possível, re-humanizando a vida» (pp. 427-428). Trata-se de uma tentação persistente, essa de relacionar as tendências agressivas nómadas com apocalipses. Ainda não há muitos anos Duvignaud pensou a sociedade moderna através do nómada destruidor¹⁵. Mas a tradição apocalíptica vem muito mais de trás. No Antigo Testamento, nas terras de Gog e Magog as hordas cruéis e impiedosas dos archeiros montados aguardariam

a ordem dos céus, o momento destinado, e desceriam sobre as terras como uma tempestade, trazendo a morte e a destruição aos últimos dias do mundo: «Deixarás a tua residência no extremo norte, tu e os povos numerosos que estão contigo, todos montados a cavalo [...] Será no fim dos dias que Eu te conduzirei contra o meu povo, para que as nações me conheçam, quando tiver revelado por teu intermédio a minha santidade a seus olhos, ó Gog¹⁶.» E é, sem dúvida, no terreno da profecia — e não tanto no da historiografia — que o nómada de Miguel Urbano Rodrigues adquire o seu verdadeiro sentido e valor.

JOÃO PEDRO MARQUES

J. Cornwell, Hitler's Pope. The Secret History of Pius XII, Londres, Viking, 1999¹, XII + 430 páginas.

O livro recente de Cornwell a respeito de Pio XII, *Hitler's Pope*, mereceu destaque em parte significativa da imprensa diária portuguesa. Foram publicadas extensas e elogio-

¹⁶ Ezeq., 38, 15-16.

¹ Entretanto, foi publicada tradução portuguesa da obra sob o título *O Papa de Hitler...*, Terramar, 2000. No entanto, e uma vez que fazemos uma recensão muito crítica da obra, entendemos ser preferível manter as nossas traduções a partir da edição original.

¹⁵ Jean Duvignaud, «Esquisse pour le nomade», in *Nomades et vagabonds*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1975, pp. 13-40.